

Plenário discute proposta que obriga a execução de emendas ao Orçamento

Com parecer favorável da CCJ, matéria veda o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, por parte do Executivo, de dotação constante da lei orçamentária que tenha resultado de emendas de parlamentares

MULHERES NO COMANDO

Em cada quatro famílias brasileiras uma é chefiada por mulher

FAMÍLIAS COM CHEFES	Homens	Mulheres
Brasil	75,8	24,2
Região Norte Urbana*	71,7	28,3
Região Nordeste	74,2	25,8
Região Sudeste	75,7	24,3
Região Sul	79,1	20,9
Região Centro-Oeste	76,5	23,5

* Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1996. IBGE

PROGRAMA NA PAUTA DA CAS BENEFICIA MULHER QUE CHEFIA FAMÍLIA

A criação de um programa de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família é uma das 11 propostas que estão na pauta da CAS amanhã.

PÁGINA 5



Alencar é autor da emenda sobre o Orçamento



Arruda: mais recursos para a cultura

Os senadores começam a discutir hoje em Plenário proposta de emenda constitucional, de autoria do senador José Alencar, que obriga o Executivo a executar a programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares. Está na pauta, também, projeto do senador José Roberto Arruda que destina 1% da arrecadação bruta das loterias federais para o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

PÁGINA 3

CE

TÁVOLA PEDE AMPLO DEBATE SOBRE COMBATE ÀS DROGAS

PÁGINA 7

CRE

SUBSTITUTIVO PROÍBE O PORTE DE ARMAS, MAS NÃO A POSSE

PÁGINA 6

Subcomissão acompanha investigações de CPI

O presidente da CCJ, senador José Agripino, deve instalar hoje a subcomissão encarregada de acompanhar as investigações em torno de casos apurados pela CPI do Judiciário. A primeira tarefa da subcomissão será ouvir o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

PÁGINA 6

Para Agripino, apuração das denúncias deve ser feita sem demora



Projeto institui crédito para recém-formados

Projeto do senador Luiz Otávio que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais será apreciado amanhã pela CCJ.

A proposta objetiva estimular profissionais recém-formados por universidades do Norte e do Nordeste que pretendam atuar nessas regiões.

PÁGINA 4



Plenário deve votar o Código do Contribuinte

Já aprovada pela CCJ e pela CAE, a proposta do senador Jorge Bornhausen entra na pauta neste semestre. O projeto “resgata os direitos de quem paga impostos no Brasil”, segundo o parecer do relator Edison Lobão

O projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o chamado Código de Defesa do Contribuinte – que especifica os direitos e garantias do contribuinte diante do fisco – deve ser votado pelo Plenário do Senado neste semestre. O projeto, já aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos – com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA) nas duas –, ainda poderá ser emendado em Plenário. O projeto recebeu emendas do

relator e, apesar de aprovado pela maioria dos senadores da CAE, foi objeto de abstenção pelos senadores do Bloco Oposição. José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) já manifestaram a intenção de apresentar, em Plenário, nove emendas que não chegaram a ser votadas na CAE.

Uma das emendas de Lobão



Jorge Bornhausen: “Uma nova página na cidadania no Brasil”

consistiu em alterar o prazo originalmente sugerido por Bornhausen para que os órgãos responsáveis pela arrecadação respondam a consultas formuladas por contribuintes, que seria de 30 a 45 dias.

De acordo com o projeto, o fisco não poderá autuar ou multar contribuintes enquanto não houver resposta formal e

fundamentada a esses questionamentos:

– O projeto resgata os direitos do contribuinte brasileiro, vítima contumaz de abusos por parte das fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais – analisa Lobão.

NOVA PÁGINA

Para o autor, senador Jorge Bornhausen, o Código de Defesa do Contribuinte abrirá uma nova página da cidadania, pois o contribuinte terá uma relação de igualdade com o fisco: direitos e deveres mútuos. “Ele é um código

de cidadania fiscal e ingressamos, com ele e com sua discussão, no processo das democracias mais avançadas”, salientou o senador.

O código, explica Bornhausen em sua justificativa, “servirá principalmente para a defesa do pequeno contribuinte, dos que não têm recursos para contratar um tributarista e assim evitar o pagamento de impostos”. O senador acrescentou que a proposta será um instrumento de defesa não apenas individual, mas também coletiva dos contribuintes.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); PLS nº 36/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; PDL nº 6/98, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre os governos do Brasil e da França; primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; Requerimento nº 323/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando o desamparamento dos PLSs nºs 388 e 65, de 2000; e Requerimento nº 330/2000, do senador José Alencar, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 582/99k, com o PLS nº 545/99, que já se encontra anexado aos de nºs 665 e 681, de 1999, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente do Judiciário. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

15h – CPI do Roubo de Cargas
Pauta: reunião de trabalho. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 54/97, dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; segundo dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 2/2000,

que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; Requerimento nº 361/2000, do senador Moreira Mendes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 621/99, de sua autoria; e Requerimento nº 363/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 173/2000, de sua autoria.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PLS nº 245/99, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos artigos 75 e 77 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; Requerimento nº 381/2000, do senador Amir Lando, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 310 e 315, de 1999, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 383/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta das PECs nº 10 e 97, de 1999, com as de nºs 58 e 70, de 1999, que já se encontram apensadas, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 1/99, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; PLC nº 12/2000, que institui o programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família; PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista; Ofício “S” nº 25/2000, que encaminha ao Senado anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic), objetivando a criação do conselho federal e do curso, em nível superior, da referida categoria profissional; emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLS nº 54/99 e PLC nº 25/96, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, que dispõem sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 134/2000, que dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria, dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio; PLS nº 96/2000, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição federal; PLS nº 5/2000, acrescenta

dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica e nº 68/2000, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; e PLS nº 12/2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: relatório preliminar da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas do Senado oferecidas ao PLC nº 118/84 (institui o Código Civil); Requerimento nº 235/96, solicitando seja submetido ao Senado, após ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o recurso objetivando desarquivar o feito atinente à CPI dos Corruptores, a que se refere o Requerimento nº 402/95; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; emenda nº 2 de Plenário ao substitutivo ao PLS nº 30/99; altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição federal, e institui normas para licitações e contratos de Administração Pública; PLS nº 140/99, altera a redação do § 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452/43 – Consolidação das Leis do Trabalho, para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; PLS nº 168/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito; PLS nº 248/99, altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; PLS nº 625/99, revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciárias); PEC nº 88/99, altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PLC nº 17/2000, acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa; PLS nº 302/99, dispõe sobre a proibição da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; PLS nº 444/99, cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (FIPROL), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PLS nº 610/99, institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, e regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços; PDL nº 18/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; PDL nº 20/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões; e emenda nº 1 de Plenário ao PLS nº 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Três reis*, de David O. Russel
Audatório Patrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brásilia - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC obriga execução de emendas ao Orçamento

Proposta de emenda constitucional do senador José Alencar classifica como crime de responsabilidade do presidente da República o descumprimento da programação orçamentária definida pelos parlamentares

O Plenário do Senado inicia hoje a discussão da proposta de emenda constitucional, do senador José Alencar (PMDB-MG), que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares. Pela proposta, a não execução dessas emendas implicará crime de responsabilidade do presidente da República.

Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), a matéria explicita a obrigatoriedade de execução da programação constante da lei orçamentária anual. O senador José Alencar diz que sua iniciativa veda o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, por parte do Executivo, de dotação constante da lei orçamentária anual, decorrente de emendas de parlamentares.

Na sessão de hoje, o Plenário também vota projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) alterando a lei que instituiu o Fundo Nacional de Cultura (FNC), cujo objetivo é captar recursos para projetos culturais. A lei prevê, entre as fontes de recursos para o FNC,



José Alencar pretende acabar com a antiga prática do governo de contingenciar o Orçamento federal

o recolhimento de 1% da arrecadação bruta das loterias federais.

Na opinião de Arruda, essa parcela tem-se revelado insuficiente para suprir as carências financeiras da indústria cultural brasileira, "que permanece em estado de indigência". Por isso, ele deseja elevar o percentual para 10%. O parecer da Comissão de Educação, onde o senador José Jorge (PFL-PE) foi o relator da matéria, é favorável ao projeto.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, apresentou parecer pela prejudicialidade da matéria.

Piva é favorável a iniciativa semelhante, originária da Câmara, que também altera a lei que criou o FNC, aumentando seus recursos de 1% para 10% sobre a arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, das loterias federais e similares, cuja realização estiver sujeita à autorização federal, deduzindo-se tal valor do montante destinado aos prêmios. Mas uma emenda de Piva aumenta os recursos apenas para 3% e não para 10%, como preconiza o projeto original.

Será ainda votado o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, celebrado entre os governos brasileiro e francês, em Paris, em 1996. Na exposição de motivos, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, diz que o acordo é reflexo da crescente importância que essa modalidade de cooperação vem desempenhando no cenário internacional, tornando mais ágil a coordenação de questões de interesse mútuo.

Plenário vota projeto que amplia medidas voltadas para a educação no trânsito

Todas as propagandas veiculadas nos meios de comunicação e em *outdoors* instalados nas margens de rodovias pelas indústrias automobilísticas deverão, obrigatoriamente, conter mensagens educativas de trânsito, conforme projeto de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a ser apreciado pelo Plenário na quinta-feira. As competições esportivas envolvendo veículos automotores também ficarão sujeitas à mesma obrigação, sendo que as mensagens educativas deverão ser exibidas nos locais de realização das provas, nas transmissões televisivas e nas chamadas anunciando o evento.

A proposta da senadora foi inicialmente anexada a projeto de lei da Câmara, do deputado Ronaldo Perim, por tratarem do mesmo assunto. No entanto, três pareceres emitidos, respectivamente, nas comissões de Educação, Assuntos

Sociais e Constituição e Justiça, recomendaram a aprovação do projeto de Emilia Fernandes, em prejuízo da proposta originária da Câmara. Os relatores dessas comissões – senadores José Fogaça (PMDB-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) – consideraram o projeto dela mais abrangente.

Consta da pauta da sessão de amanhã do Plenário parecer favorável a projeto de lei da Câmara que retira a necessidade de duas testemunhas para o registro público de nascimentos ocorridos em unidade hospitalar, casa de saúde ou residência. De autoria do deputado Régis de Oliveira, a proposta obteve parecer favorável na CCJ, elaborado pelo senador José Eduardo Dutra.

Entre hoje e quinta-feira, o Plenário se dedicará, ainda, à discussão de proposta de emenda cons-



Emilia Fernandes quer mensagens educativas de trânsito nos outdoors existentes em rodovias

titucional que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares, que deverá ser votada em primeiro turno na próxima semana, após o encerramento dos cinco dias de discussão regimentalmente exigidos.



Contrário à decisão da Câmara, o senador Roberto Freire defende a proibição da nomeação de parentes no serviço público

Reforma do Judiciário será um dos principais temas neste semestre

A proposta de emenda constitucional (PEC) que reforma o Poder Judiciário é um dos temas mais importantes que o Senado discutirá neste semestre. O texto aprovado na Câmara contém aspectos considerados polêmicos, como a permissão da prática do nepotismo e a proibição de os juízes se pronunciarem sobre processos em curso.

Antes mesmo do recesso parlamentar de julho, alguns senadores manifestavam a expectativa de que dispositivos do substitutivo fossem reformulados. O Plenário da Câmara derrubou o item da PEC que proibia a contratação de parentes para cargos comissionados nas três esferas de Poder, mas já existem dois projetos em tramitação, ambos de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), propondo o fim do nepotismo no setor público.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Paulo Souto (PFL-BA), presidente e relator da CPI do Judiciário, respectivamente, também já se disseram contrários à nomeação de parentes para cargos públicos. "Acho que essa permissão seria um retrocesso. A sociedade não aceita mais o nepotismo", declarou Tebet. Para o senador baiano, a proibição total da prática "pode até ser injusta, mas é inevitável".

Ao lado do impedimento de os magistrados emitirem opiniões sobre processos em andamento, a chamada Lei da Mordada, outro ponto que deve gerar controvérsia é a criação do Conse-

lho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Judiciário. A exemplo de Paulo Souto, que defende uma participação menor dos juízes no conselho, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acredita que a predominância de membros da magistratura pode comprometer a independência desse controle.

A reforma do Judiciário inclui, entre outras propostas relevantes, a criação das ouvidorias estaduais de Justiça, órgãos independentes que coletariam denúncias de irregularidades; e a obrigatoriedade de cursos de reciclagem para juízes e de experiência mínima de três anos para ingresso na magistratura.

A melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais também passaria pelo fim das férias forenses anuais de dois meses e pela instituição do efeito vinculante das decisões do STF em matéria constitucional.

Se o Senado alterar trechos da proposta, o texto volta a ser analisado pela Câmara. Como a reforma do Judiciário está sendo feita por meio de PEC, a sua tramitação no Congresso Nacional não contempla a figura da Casa revisora.

Projetos de lei com origem na Câmara dos Deputados, como é o caso, e modificados pelo Senado voltam a ser examinados pelos deputados, que podem manter ou não as mudanças. No tocante às PECs, a matéria pode continuar tramitando entre a Câmara e o Senado até que se chegue a um consenso.

CCJ analisa financiamento para profissionais liberais

Projeto, do senador Luiz Otávio, cria programa de crédito destinado a recém-formados que queiram trabalhar nas regiões Norte e Nordeste

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã projeto de autoria do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades do Norte e do Nordeste que venham a exercer a profissão nessas regiões. O programa, se aprovado, será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o autor, o objetivo é combater o desemprego.

Também será analisado pelos integrantes da comissão um requerimento, apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), de desarquivamento do pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias sobre “agentes corruptores” feitas durante as CPIs do *Impeachment* e do Orçamento. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apresentou voto pela rejeição do

recurso de Simon.

Volta à pauta da CCJ projeto de lei da Câmara que regulamenta a gestão democrática do ensino público, prevendo a criação de conselhos administrativos e pedagógicos em cada unidade escolar, com participação da direção escolar, de professores, alunos, pais de alunos e da comunidade. Será apreciada também emenda de Plenário a um projeto de modificação da Lei das Licitações.

Entre os projetos que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo, estarão em pauta o que regulamenta a nomeação de ocupantes de cargos em comissão – de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) – e a proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juízes de direito a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita.

Regras especiais para a privatização dos serviços de saneamen-

to público estão previstas em projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), a ser apreciado pela comissão. Com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), a proposta tem dois objetivos principais: a criação de uma tarifa social, para as populações de baixa renda, e a garantia de que os recursos captados pela privatização serão aplicados na ampliação da cobertura dos serviços de saneamento.

Voltam a ser analisados pelos senadores da CCJ os projetos de decreto legislativo destinados a convocar plebiscitos sobre a criação dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões, por meio do desmembramento, respectivamente, dos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas.

O último item da pauta da reunião é a emenda apresentada em Plenário pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ao projeto que modifica o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.



Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também examinarão pedido de abertura da CPI dos Corruptores

Távola sugere proibição de propaganda em livro didático

A propaganda em livros didáticos pode acabar. Está pronto para entrar na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o relatório do projeto de autoria do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que proíbe propaganda em livros desse tipo. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou parecer favorável ao projeto, com duas emendas.

Artur da Távola disse que a proibição visa evitar que os estudantes sejam induzidos à “ditadura do mercado consumidor”. Para o senador, a escola deve formar cidadãos e não consumidores. Távola

acredita que, “caso continue a prática da propaganda nos livros, a sociedade corre o risco de, no futuro, produzir uma geração incapaz de perceber de forma inteligente o direito à cidadania”.

– Já é excessiva a propaganda nos meios de comunicação e não há necessidade de levar mais anúncios aos bancos escolares. É importante prevenir, desde logo, essa invasão também no livro didático do que já invade os nossos lares de manhã, de noite, de madrugada, ou invade as praias, ou invade os campos de futebol, que é a exacerbação publicitária – afirma Távola.

Emenda modifica critérios para sessões do Congresso Nacional

Na reunião da CCJ de amanhã, será votada proposta de emenda constitucional de autoria do senador Lúcio Alcântara que acaba com a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional para a apreciação de vetos presidenciais, de matérias orçamentárias e das contas prestadas pelo presidente da República. A proposta tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM), com uma emenda de redação.

Na justificativa da proposta, Alcântara explicou que a Constituição de 1988 prevê a realização de sessões conjuntas para deliberar sobre vetos, o Orçamento e medidas provisórias, entendimento que o senador considera equivocado. Segundo Lúcio Alcântara, a intenção dos constituintes era reduzir as sessões conjuntas ao mínimo, apenas para os atos políticos da competência do Congresso. “Surpreendentemente, o texto constitucional de 1988 manteve o equí-



Alcântara defende a realização de sessões conjuntas do Congresso apenas para atos políticos

Senadores vão debater relatório preliminar sobre o Código Civil

O relatório preliminar da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre as emendas que o Senado introduziu no projeto de novo Código Civil, em novembro de 1997, é outro item da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da matéria é o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Caberá à CCJ verificar se as alterações propostas ao texto do Senado no relatório preliminar restringem-se a atualizar a matéria, em face das mudanças legais ocorridas durante o curso de sua tramitação, nos termos da Resolução nº 1/2000, do Congresso Nacional. O projeto de código foi aprovado pela Câmara em 1984. Após a manifestação do Senado, a matéria será devolvida à Câmara, onde a proposta vai ser



José Fogaça vai relatar o pedido de informações da Câmara dos Deputados sobre o assunto

apreciada, em caráter definitivo, pela comissão especial e pelo Plenário da Casa.

O texto aprovado pelo Senado promove mudanças profundas no Código Civil em vigor há 83 anos. As alterações mais importantes dizem respeito ao Direito de Família, com o fim da prevalência do marido na sociedade conjugal. Outras mudanças do projeto: – a redução da maioridade civil para 18 anos;

– a substituição da expressão “todo homem” para “todo ser humano” para definir a pessoa capaz de direitos e obrigações; – a proteção dos nascituros desde a concepção; – a eliminação do pátrio poder, passando a prever o poder familiar; – o fim da distinção entre os filhos, suprimindo filiação legítima, legitimada, adulterina, incestuosa ou adotiva.

voco das três últimas constituições”, diz Alcântara.

Jefferson Péres concorda com a proposta por considerar o bicameralismo brasileiro assunto ainda mal resolvido nos textos constitucionais. “Não há definição adequada das atribuições das duas Casas que compõem o Congresso Nacional”, pensa ele.

Programa de habitação está na pauta da CAS

Na reunião de amanhã, comissão deve examinar também projeto que regulamenta coleta, processamento, estocagem e distribuição de sangue, além de proposta que trata da relação do governo com as entidades de previdência complementar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne amanhã, às 9 horas, para apreciar uma pauta de 11 itens. Uma das matérias é o relatório do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pela aprovação do projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que institui um programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família (*veja matéria nesta página*).

Também deverá ser analisado parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável ao projeto da Câmara que regulamenta o parágrafo 4º do artigo 199 da Constituição, relativo à coleta, processamento, estocagem, distri-

buição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados e estabelece o ordenamento institucional para a execução destas atividades.

Outro parecer que deverá ser apreciado pela CAS, que é presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), é o do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pela aprovação do projeto de iniciativa do Executivo que trata da relação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.



Na reunião de amanhã, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais deverá apreciar uma pauta de 11 itens

Extrativista vegetal poderá ter direito a seguro-desemprego

O trabalhador extrativista vegetal e o beneficiador de açaí e de castanha que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, poderão ter direito ao seguro-desemprego. Projetos de lei nesse sentido, de autoria dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC), deverão ser examinados, na forma de um substitutivo do relator, senador Mozerildo Cavalcanti (PFL-RR), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), amanhã, na primeira reunião da comissão após o recesso legislativo.

O seguro-desemprego será de um salário mínimo e vigorará durante o período em que for imprópria ou não recomendável a exploração extrativista. Atualmente os pescadores profissionais já têm direito ao seguro-desemprego durante o período de proibição legal de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

Conforme a proposta, os ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social exigirão do trabalhador interessado em se ha-

bilitar ao benefício a apresentação de documento atestando que exerce a profissão, dedicou-se à atividade durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso e que sua renda é inferior a R\$ 151. O atestado pode ser feito pelo sindicato da categoria ao qual o trabalhador esteja filiado, por órgão do Ibama ou, em último caso, mediante declaração de dois extrativistas vegetais profissionais.

RIQUEZA NATURAL

O açaí é uma fruta típica da Amazônia. Do açazeiro, tudo se aproveita. Frutos, folhas, raízes, palmito, tronco e cachos frutíferos. O apanhador escala a palmeira até atingir seus cachos carregados auxiliado apenas pela peçonha — espécie de alça feita com as folhas verdes do próprio açazeiro — que lhe prende os pés e serve-lhe de apoio na subida. Após cortados, os cachos maduros, ali mesmo ou na embarcação à espera na beira do Igarapé, são esbagoados e os frutos armazenados.



A castanheira é uma das mais importantes árvores amazônicas. Seus frutos possuem uma casca lenhosa e dura, chegando a pesar

quase dois quilos. Quando amadurecem, despenham do alto da castanheira, devendo ser apanhados no chão. Em seu interior, encontram-se as amêndoas tão procuradas, ricas em gorduras e proteínas (a proteína contida em apenas duas dessas amêndoas equivale à de um ovo de galinha). Pode ser consumida fresca ou assada, sendo tira-gosto muito apreciado em todo o mundo.

Mulheres que chefiam famílias serão beneficiadas

O programa nacional de habitação que está na pauta da CAS vai beneficiar as mulheres de baixa renda que sejam únicas responsáveis pelo sustento da família monoparental (com só um dos pais). Proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra, é de autoria da deputada Maria Elvira (PMDB-MG).

De acordo com o projeto, o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família vai operar dentro das modalidades previstas pelos programas de habitação promovidos e financiados pelo governo federal, em parceria com estados e municípios. Será definida

uma cota mínima de atendimento a mulheres com responsabilidade de sustento da família, que ganhem até três salários mínimos e tenham filhos de até 14 anos.

O projeto estipula que terão prioridade as famílias moradoras de áreas consideradas de risco, com elevada taxa de mortalidade infantil ou sujeitas a doenças endêmicas. As famílias atendidas pelo programa também receberão atenção especial em iniciativas de saúde preventiva, incentivo à escolaridade e de complementaridade de renda familiar.

— O debate em torno do tema tem-se intensificado consideravelmente depois da emenda constitu-

cional que incluiu a moradia como direito social. Grande parte da população de excluídos da política habitacional constitui-se, provavelmente, de famílias “chefeidas”

por mulheres. Diante disso, não se podem ignorar essas especificidades da vida da mulher, que se vê exercendo papel de mãe e pai no sustento da família e na criação dos filhos — comentou Carlos Bezerra.



Bezerra destaca papel das mulheres como chefes de famílias

CPI define hoje seu calendário de atividades

O presidente da CPI mista que está apurando o crescimento do roubo de cargas no país, senador Romeu Tuma (PFL-SP), convocou reunião de trabalho para hoje, às 15h, com a finalidade de definir o calendário de atividades da comissão.

Além de investigar o roubo de cargas em rodovias, ferrovias, portos e rios, a CPI tem como objetivo a criação de mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas. De acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) e pela Associação Nacional de Transportes de Cargas, no ano passado foram registradas 4.200 ocorrências, que



Romeu Tuma preside a CPI que apura o roubo de cargas

provocaram prejuízo da ordem de R\$ 315 milhões. A maioria dos assaltos foi registrada em São Paulo, com 56%, e no Rio de Janeiro, com 18%.

Desde sua instalação, a CPI, que tem como relator o deputado Oscar Andrade (PFL-RO), já colheu depoimentos de 24 pessoas, algumas delas em sigilo. Além de empresários do ramo de transportes, em sua maioria representantes de associações de transportadoras, foram ouvidos também os presidentes das principais corretoras de seguros atuando no setor de cargas, assim como o diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes, o diretor do Departamento de Estradas e



Rodagem, Genésio Bernadino de Souza, e o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil.

Em decorrência desses depoimentos, e também de iniciativas de parlamentares, já foram quebrados os sigilos bancário, telefônico e fiscal de mais de 30 pessoas e empresas suspeitas de envolvimento com o crime organizado.

Para o segundo semestre, são aguardados os depoimentos do ministro da Justiça, José Gregori, do secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, José Paulo Bisol, e dos presidentes da Confederação Nacional de Transportes (CNT), Clésio Andrade, e da Associação Brasileira de Transportes de Cargas (ABTC), Newton Gibson. São aguardados também os depoimentos de pessoas notoriamente envolvidas com o crime organizado. Entre elas, o caminhoneiro José Méres, que está preso.



Na opinião de José Agripino, Eduardo Jorge deve ser ouvido "o mais rapidamente possível"

José Agripino instala hoje subcomissão que ouvirá Eduardo Jorge

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira deverá ser ouvido nos próximos dias pela subcomissão criada para acompanhar as investigações em torno de casos apurados pela CPI do Judiciário. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), que instala a subcomissão em reunião marcada para as 10 horas de hoje.

Agripino encaminhou aos líderes partidários pedido de indicação dos sete senadores que comporão a subcomissão. Apesar de ter sido criada logo após a conclusão dos trabalhos da CPI do Judiciário, a subcomissão nunca foi instalada. Diante da importância da apuração de denúncias de envolvimento de Eduardo Jorge com a liberação de verbas para a construção superfaturada do prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, o presidente da CCJ decidiu cancelar as indicações feitas anteriormente por ele mesmo e pedir aos líderes que confirmem os nomes previstos ou indiquem outros.

— Este é um assunto tão urgente que nem pode haver procrastinação por parte dos líderes na indicação dos componentes da subcomissão, nem por parte dos integrantes para eleger o presidente, nem por parte do presidente na convocação de Eduardo Jorge — afirmou José Agripino. Caso a decisão sobre a presença do ex-secretário na subcomissão fosse sua, adiantou o senador, Eduardo Jorge seria ouvido "o mais rapidamente possível".

A subcomissão será composta por três senadores do PMDB, dois

do PFL, um do PSDB e um do Bloco Oposição. Ainda não há decisão sobre os nomes do presidente e do relator. Mas Agripino lembra que, segundo a tradição da Casa, a indicação do presidente seria feita pelo PMDB, partido com maior número de representantes, e a do relator pelo PFL. Todos os componentes da subcomissão deverão ser integrantes da CCJ.

Para José Agripino, os trabalhos da subcomissão serão pautados pelo que Eduardo Jorge vier a dizer em seu depoimento. Dependendo do conteúdo das declarações do ex-secretário, ponderou o senador, começarão a se definir não só as próximas pessoas a serem ouvidas, como também a eventual necessidade de se instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso.

— A subcomissão é o foro suficiente e apropriado para o momento, mas o que Eduardo Jorge disser é que vai determinar se poderá ou não se impor a idéia de uma CPI — previu Agripino.

Na quinta-feira passada, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu a presença de Eduardo Jorge na subcomissão ainda em sua primeira semana de funcionamento. "Quanto antes, melhor", afirmou. Os integrantes da subcomissão deverão questionar Eduardo Jorge sobre suas ligações com o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, que está foragido e é o principal responsável pelas obras que consumiram um total de R\$ 263 milhões. A subcomissão não contará com os poderes de uma CPI, como os de quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal.

Restrição à venda de armas entra em discussão na CRE

Substitutivo de Pedro Piva proíbe o porte de armas, mas não a posse, como prevê o texto aprovado em junho pela CCJ

Depois de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em junho, os três projetos de lei que restringem a comercialização de armas de fogo no país provavelmente serão analisados já a partir deste mês pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator na CRE é o senador Pedro Piva (PSDB-SP), que já apresentou um substitutivo às propostas proibindo o porte, mas não a posse de armas.

Ao defender sua proposta em Plenário no semestre passado, Piva afirmou que, constitucionalmente, não há como impedir que o cidadão possua uma arma de fogo para sua defesa. Diferentemente do substitutivo aprovado na CCJ, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que prevê o recolhimento das armas sob indenização, o texto de Piva garante a validade dos registros de armas já concedidos e prazo de 120 dias para a legalização de armas irregulares, desde que solicitada por pessoa com "bons antecedentes, comportamento soci-



Para Piva, constitucionalmente não há como impedir que o cidadão possua uma arma de fogo para sua defesa

al produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica".

Na CCJ, o substitutivo de Calheiros foi aprovado após negociações com o relator na CRE e com outros senadores da bancada governista, como José Roberto Arruda (PSDB-DF), autor de um dos projetos, e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apresentou

emendas.

Inicialmente, Calheiros defendia a proibição da venda de armas de fogo, limitando seu uso apenas às Forças Armadas e polícias. Para que a matéria fosse aprovada na CCJ, o relator abriu a possibilidade de empresas de segurança privada e de transporte de valores, clubes de tiro e de caça, guardas florestais, agentes de trânsito, agentes de órgãos de fiscalização ambiental, moradores de áreas rurais e colecionadores comprarem armas.

Na CRE, o substitutivo de Calheiros deve sofrer modi-

ficações. Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL) já anunciaram que irão apresentar emenda para suprimir a possibilidade de moradores de áreas rurais adquirirem armas. Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, caso seja aprovado o substitutivo de Calheiros, recorrerá à Justiça com ação de inconstitucionalidade.

Projeto de Arlindo Porto estimula emprego para combater êxodo rural

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou projeto de lei que incentiva o emprego no meio rural e o aumento do número de carteiras de trabalho assinadas no país. Pela proposta, os trabalhadores do campo terão garantidos os benefícios da Previdência Social, através de dispositivo que, se aprovado, permitirá que os empregadores rurais tenham gastos trabalhistas compatíveis com a sazonalidade das atividades agropecuárias.

O projeto de Arlindo Porto, que foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), deverá ser analisado na reunião marcada para quarta-feira. A proposição prevê que os condomínios de produtores rurais estabelecidos com a finalidade única de contratação de mão-de-obra temporária serão comparados, em termos de arrecadação previden-



Arlindo Porto aponta, com dados dos censos, crescimento da migração do campo para a cidade

ciária, aos produtores individuais.

Na justificativa da matéria, o senador mineiro afirma que o êxodo rural rumo aos grandes centros urbanos vem reduzindo o número de empregados no campo, em grande parte devido à adoção de tecnologias modernas, com a mecanização intensiva. Com isso, o número de trabalhadores rurais com carteira assinada cai a cada ano.

— Uma breve análise dos dados censitários históricos indica que,

em 1940, dos pouco mais de 40 milhões de brasileiros, 68,7% viviam no meio rural. Em 1970, essa parcela era de aproximadamente 44% e, em 1966, o censo informou que apenas 21% da população ainda viviam no campo. Tais números indicam a magnitude da migração e a necessidade urgente de estabelecer políticas capazes de manter essa força de trabalho ocupada e longe da marginalidade nos grandes centros urbanos — disse Arlindo Porto.

Agnelo sugere grupo para debater ensino superior

Foi encaminhada à Comissão de Educação (CE) proposta do senador Agnelo Alves (PMDB-RN) visando à criação de grupo de trabalho para debater a universidade pública brasileira. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que fará parte do colegiado, disse que pretende ampliar as



Agnelo Alves: a universidade pública deve ser debatida

discussões, incluindo nos debates as instituições particulares de ensino superior.

— Autonomia não significa que o governo deva se afastar do financia-

mento, da ampliação de bolsas para iniciação científica, da construção de novos programas de avaliação universitária. Além disso, o governo precisa manter o respeito à democracia interna das universidades, promover a abertura de concursos para mais professores e de novas vagas.

Além de Agnelo Alves e Emilia Fernandes, farão parte do grupo os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip: História de um zoólogo* — 1ª parte
6h30 — *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o jornalista Ricardo Cravo Albin falam sobre o livro *Um Olhar sobre o Rio*
7h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala de tecnologia agropecuária
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Aqui e Lá — Diadema
9h — *Cores do Brasil* — Turismo em Diamantina
9h30 — *Entrevista*: Sen. Jorge Bornhausen fala sobre a reforma política
10h — Subcomissão do Judiciário (vivo)
12h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala de tecnologia agropecuária
13h — *Cores do Brasil*: Turismo na Paraíba
13h30 — *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o jornalista Ricardo Cravo Albin falam sobre o livro *Um Olhar sobre o Rio*
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Jorge Bornhausen fala sobre a reforma política
19h — *Cores do Brasil*: Folclore e Lençóis Maranhenses
19h30 — *Debate*: Sen. Roberto Saturnino e o jornalista

Ricardo Cravo Albin falam sobre o livro *Um Olhar sobre o Rio*
20h30 — *Entrevista*: Sen. Jorge Bornhausen fala sobre a reforma política
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — CPI do Roubo de Cargos
Logo Após — Sessão Plenária (representação)
ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro/Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Criação de TV comunitária pode ser votada no dia 8

A Comissão de Educação deve também analisar proposta a respeito de instruções em braille em manual de produtos eletroeletrônicos

A Comissão de Educação do Senado se reúne no próximo dia 8, às 11h30, para apreciar e votar o projeto que institui o Serviço de Televisão Comunitária. Estão também na pauta do colegiado a proposta que altera os percentuais de compensação financeira pela exploração de recursos minerais a serem recebidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e o projeto que torna



A pauta da Comissão de Educação traz também projeto sobre repressão ao narcotráfico

obrigatória a inclusão de instruções em braille (alfabeto especial para deficientes visuais) nos manuais de produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos vendidos no país.

A pauta de votações também poderá incluir o projeto que dispõe sobre a prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes e drogas afins, que tramita com parecer favorável do senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Por ser uma proposta polêmica, houve no final de junho pedido de vista coletivo apresentado pelos integrantes da comissão.

O projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que dispõe sobre estágios de estudantes de ensino superior e profissionalizante do 2º grau e supletivo também está pronto para ser incluído na pauta. Em seu parecer, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observa que a contratação de es-

tagiários não deve ter por objetivo apenas o aproveitamento de mão-de-obra barata, sem pagamento de qualquer encargo social. “Apesar de não criar vínculo empregatício, o estágio deve realmente proporcionar aprendizado ao estagiário”, afirma.

DEFICIENTES

O projeto que exige a inclusão de instruções em alfabeto braille nos manuais de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos tramita na Comissão de Educação em caráter terminativo. Em seu parecer, favorável à proposta, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lembra que a situação de portador de deficiência física ou mental não pode condenar ninguém à condição de segregado social.

— Em boa hora, o projeto contribuirá significativamente para proporcionar aos deficientes visuais mecanismos que lhes permitirão romper barreiras de exclusão social. Segundo informações da Secretaria de Ensino Especial do Mi-

nistério da Educação, cerca de 18 mil pessoas com deficiências visuais são alunas da rede de ensino fundamental, dos quais 4 mil frequentam as classes de educação especial pelo sistema braille — observou Emilia Fernandes.

A senadora pelo Rio Grande do Sul também é relatora do projeto que institui o Serviço de Televisão Comunitária, que tramita juntamente com o de radiodifusão comunitária. Segundo seu relatório, as emissoras comunitárias de rádio vêm desempenhando relevante função social nas cidades do interior e nas periferias das grandes cidades, veiculando informações ligadas aos interesses da região.

— O mesmo pode acontecer com as televisões comunitárias, tendo em vista que as emissoras comerciais, embora explorando um serviço público, não vêm cumprindo a função social inerente a esse serviço — conclui Emilia Fernandes em seu parecer.

CE discute combate ao uso e tráfico de drogas

A Comissão de Educação (CE) irá discutir neste mês o projeto que regulamenta a legislação sobre o combate ao uso e tráfico de drogas no país. O adiamento foi solicitado pelo relator da matéria, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que, diante da complexidade do assunto, considera fundamental que a comissão tenha um prazo maior para promover amplo deba-



Artur da Távola: complexidade do tema exige amplo debate

te com os senadores. Na opinião do parlamentar, o consumo e a comercialização de entorpecentes estão entre os problemas mais graves da atualidade e envolvem um conjunto de aspectos que evoluem rapidamente. Diante desse quadro, Artur da Távola ressalta a necessidade de a questão ser tratada por uma lei que leve em conta a situação atual.

Para o senador, “a evolução rá-

pida do tráfico, da tecnologia, do tipo de droga e do que é dependente tem a ver também com a evolução bastante rápida do tratamento”. É por reconhecer a importância e a gravidade do tráfico de drogas na sociedade brasileira que Artur da Távola afirma que o projeto deve receber mais do que um relatório.

— A matéria merece a contribuição originada de um debate amplo no Senado, para que se possa aprovar uma lei resultante de um pensamento comum sobre o tema — disse.

Projeto que proíbe venda de ações da Petrobras deve ser votado neste ano

A privatização da empresa, assim como do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, também é vetada pela proposta, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

Deve ser votado neste semestre projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que proíbe a venda das ações da Petrobras que excedam o mínimo necessário para manter com o governo o controle da empresa. A proposta impede ainda a privatização da estatal, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF).

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu voto favorável do relator substituto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). No entanto, foi rejeitado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), embora contasse com o voto favorável do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O projeto será votado em Plenário devido ao recurso apresentado pelo autor, senador Álvaro Dias.

A proposta foi incluída na Ordem do Dia da última sessão deliberativa do primeiro semestre, em 29 de junho, mas foi aprovado requerimento pelo adiamento da votação.

A manutenção do controle

acionário da Petrobras pela União tornou-se obrigatória após a publicação, em 1977, da lei que regulamentou a política energética nacional. No mesmo ano, porém, uma nova lei – que alterou as normas do Programa Nacional de Desestatização (PND) – permitiu a venda pelo governo das ações da empresa que excedam o necessário à manutenção de seu controle pela União. O projeto de Álvaro Dias pretende alterar a lei que regulamentou o PND, de 1997.

Em audiência pública na CAE para discutir a matéria, o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, negou que a venda de ações ordinárias represente risco de perda do controle acionário. Segundo ele, a venda é oportuna, uma vez que a Petrobras alcançou significativa valorização – a empresa valia R\$ 10 bilhões há dois anos e hoje está avaliada em R\$ 45 bilhões. Para Álvaro Dias, a medida poderá criar um precedente ou uma justificativa para o governo realizar a privatização da Petrobras em um momento posterior.



Álvaro Dias apresentou recurso para que o Plenário vote a proposta

Álvaro Dias defende o fim da reeleição em todos os níveis

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu o fim do instituto da reeleição na legislação eleitoral brasileira. Segundo disse, a reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República é prejudicial ao país. Álvaro Dias é relator de três propostas de emenda constitucional que pretendem pôr fim ao instituto. Ele considera que há no Senado uma tendência para a aprovação das propostas.

Na avaliação do parlamentar, o Brasil ainda não amadureceu o bastante para controlar e punir crimes eleitorais. “Não temos mecanismos de controle, não temos punições nem mecanismos para uma punição mais rápida. É claro que um dia, quem sabe, nós chegaremos ao nível de podermos instituir a reeleição, mas hoje ainda é um prejuízo enorme para o país”, alega o senador.

Proposta obriga presidente do BC a prestar contas à CAE

Projeto de lei que obriga o comparecimento do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para apresentar relato sobre a execução da programação monetária de cada trimestre e entregar a referente ao trimestre seguinte, foi apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). O comparecimento ocorreria no prazo de cinco dias úteis após a aprovação da programação monetária pelo Conselho Monetário Nacional. Hartung explicou que a comissão tem a obrigação legal de emitir parecer conclusivo sobre a

programação monetária. Para o senador, é natural que o presidente do Banco Central exponha os fundamentos da programação encaminhada, “já que a lei estabelece o prazo de dez dias para a sua aprovação, a contar de seu recebimento, sob pena de ser considerada aprovada por decurso de prazo”. O senador explicou também que o Congresso não pode alterar a programação monetária, somente aprová-la ou rejeitá-la. Mesmo no caso de ser rejeitada, continuou Hartung, a matéria tem de ser reencaminhada à CAE no prazo de dez dias. E ainda que a programação seja aprovada até o final do primeiro mês do



Para Paulo Hartung, a medida permitirá o debate sobre a programação monetária

trimestre a que se destina, fica autorizada a sua execução. – O debate que se travará na comissão permitirá que eventuais ajustes, a serem promovidos exclusivamente pelo Executivo, sejam previamente discutidos pelos congressistas com a

autoridade monetária. E ainda que a CAE, encarregada de emitir parecer conclusivo sobre a matéria, seja uma comissão técnica. É da natureza da avaliação parlamentar que a questão técnica seja permeada de visão política – argumentou.

Despesa com acompanhante pode ser paga por planos

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que obriga os planos de saúde a custear as despesas de acompanhante quando ocorrer internação de recém-nascidos, lactentes e crianças. De acordo com o parlamentar, apesar de haver dispositivo legal determinando a cobertura pelos hospitais das despesas dos acompanhantes dos menores de idade, quando internados em unidades de tratamento intensivo, as empresas de planos e seguros de assistência à saúde não estão cumprindo a determinação. O parlamentar afirmou que tem recebido denúncias de todo o Brasil sobre o não-cumprimento do disposto na Lei nº 9.656.

As empresas alegam, revela Pontes, que em caso de internação em unidade de tratamento intensivo não há necessidade de permanência no hospital dos pais ou responsáveis. “Isso notoriamente constitui-se em excesso por parte daquelas instituições, pois o paciente que permanece em UTI encontra-se internado em regime hospitalar. Está provado que o paciente, mantendo-se o vínculo com a família, alcança uma recuperação mais rápida”, argumenta o senador.

Luiz Pontes lembra ainda que o próprio Ministério da Saúde já baixou normas, por meio das secretarias de Políticas de Saúde e de Assistência Médica, para reforçar essa orientação. O projeto do senador foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que poderá votá-lo em caráter terminativo. Isso significa que a proposta, caso seja aprovada na comissão, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, sem a necessidade de passar pelo Plenário do Senado.



Pontes: projeto garante que recém-nascidos não permaneçam sozinhos em hospital